

## Em Mesa Setorial, Condsef cobra respostas para pautas pendentes dos servidores da Saúde

A Condsef/Fenadsef voltou a cobrar do governo respostas concretas para reivindicações que seguem sem solução para os servidores do Ministério da Saúde. A cobrança foi feita durante a 9ª Reunião Ordinária da Mesa Setorial de Negociação Permanente do Ministério da Saúde (MSMS), realizada no último dia 19 de junho, em Brasília.

Logo na abertura da reunião, os representantes da bancada sindical manifestaram indignação com a demora na resolução de pautas consideradas prioritárias pela categoria. Entre elas está a realização de uma audiência com o ministro da Saúde, demanda apresentada há meses pelos trabalhadores.

Representando o governo, o secretário Donizete Simione destacou a importância da Mesa Setorial como espaço de diálogo e se comprometeu a agilizar a realização da audiência com o ministro da Saúde até o dia 26 de junho, sexta-feira.

Outro tema acompanhado com atenção pelos servidores é a situação da Gratificação de Atividade de Combate e Controle de Endemias (Gacen), da Gratificação Especial de Combate e Controle de Endemias (Gecen) e da Gratificação Específica de Atividade de Combate às Endemias (Geace). Segundo informações apresentadas na reunião, a proposta com as alterações reivindicadas continua em



análise no Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI).

Ainda sobre a Gacen, foi acordado que a bancada sindical apresentará, na próxima reunião, uma proposta de alterações na Portaria nº 484 para garantir o pagamento da indenização de campo aos servidores ativos que recebem a gratificação.

Os exames periódicos também estiveram na pauta. Após questionamentos da bancada sindical, representantes da área responsável informaram que serão feitas cobranças à Geap e ajustes nos atendimentos prestados aos servidores.

De acordo com os esclarecimentos apresentados, os trabalhadores que optaram por não realizar exames considerados não obrigatórios só deverão ser convocados novamente no próximo ciclo, pre-

visto para 2027. Já os servidores que ficaram com pendências poderão ser chamados ainda neste ciclo, embora não haja garantia de mudanças imediatas no atendimento, uma vez que os serviços dependem da contratação realizada pela Geap.

Outro ponto debatido foi a questão das inconsistências relacionadas ao Imposto de Renda. A Coordenação de Pagamentos informou que os ajustes necessários já estão sendo realizados e que as correções deverão ocorrer automaticamente dentro do período vigente, entre os meses de julho e agosto deste ano.

A Condsef/Fenadsef seguirá acompanhando de perto o andamento das demandas e cobrando soluções efetivas para questões que impactam diretamente a vida funcional e os direitos dos servidores do Ministério da Saúde.

Condsef/Fenadsef

## Novo Decreto de atribuições da carreira do Seguro Social é pauta de audiência no MGI

Publicação do novo Decreto implica em proteção institucional e jurídica às atividades do INSS e maximização da sua força de trabalho. Demanda não implica em impacto financeiro.

[Matéria completa em condsef.org.br/noticias](http://condsef.org.br/noticias)



## Novo Decreto de atribuições da carreira do Seguro Social é pauta de audiência no MGI

No dia 17/06/2026 foi realizada uma reunião no Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), com a presença do Presidente do Sinssp-BR (Integrante do Coletivo Condsef/Fenadsef), Sr. Tiago Vinicius Silva, e Sra. Miraci Astun, filiada ao Sinssp/SP e também da Assessoria da Deputada Federal Juliana Cardoso, com o Secretário de Relações do Trabalho do MGI (SRT), Sr. José Lopez Feijóo, para tratar sobre o adequado andamento da proposta do Novo Decreto Presidencial que regulamenta as atribuições dos cargos da Carreira do Seguro Social (CSS).

A agenda somente foi possível ser construída com o apoio e mediação da Assessora da deputada Juliana Cardoso, Miraci Astun, que se solidarizou com a urgente demanda das Servidoras e Servidores do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS): A publicação do Novo Decreto de Atribuições da CSS.

### O que foi pautado na audiência?

O Sinssp-BR e a Miraci Astun apontaram ao MGI que a demanda do Novo Decreto é legítima às Servidoras e Servidores da CSS, foi conquistada na Greve de 2024 e carece de urgência em seu cumprimento.

Trouxeram ao debate o ponto chave da demanda: O Novo Decreto das Atribuições já foi debatido, pacificado e aprovado no INSS, nas suas diretorias e inclusive na consultoria jurídica; no Comitê Gestor da Carreira do

Seguro Social (CGCSS), composto por integrantes do Ministério da Previdência Social (MPS), INSS e das Entidades Representantes signatárias do Acordo de Greve 2024; e no MPS.

Também ressaltaram que a demanda não implica em impacto financeiro.

Ademais, destacaram que a publicação do Novo Decreto implica em proteção institucional e jurídica às atividades do INSS e maximização da sua força de trabalho.

### Onde está a proposta do Novo Decreto?

Foi enfatizado que a proposta do Novo Decreto foi encaminhada pelo MPS ao MGI no início de maio/2026, recepcionada e direcionada à Diretoria de Carreiras e Desenvolvimento de Pessoas (DECAR), Unidade vinculada à Secretaria de Gestão de Pessoas do MGI (SGP), por meio do Processo SEI MGI nº 14021.003392/2026-72.

Na mesma linha, o SINSSP-BR notificou o MGI no final de maio através do Ofício nº 54/2026, solicitando ao Ministério informações sobre a recepção e encaminhamento dispensados à proposta do Novo Decreto. O ofício do Sindicato foi recepcionado e transformado no Processo SEI MGI nº 14021.037065/2026-14, e também se encontra na DECAR.

### E agora, MGI?

O Secretário Sr. Feijóo esclareceu que a tramitação dispensada pelo Ministério, ao encami-

nhar a demanda à DECAR, está adequada, considerando a competência da SGP e de suas pastas vinculadas. Ponderou que em que pese o tempo transcorrido desde o envio da proposta do Novo Decreto ao MGI pelo MPS, no início de maio/2026, não há indícios de impedimento do prosseguimento da demanda no MGI e que o período temporal já transcorrido corresponde ao fluxo e volume de trabalho do Órgão.

Apesar disso, a SRT reconhece que a demanda do Novo Decreto nasceu do Acordo de Greve de 2024, e, portanto, está correlacionada diretamente com as negociações ocorridas no movimento paredista. Assim, ainda que a demanda já tenha, em tese, superado as competências diretas da Secretaria e se encontrar agora na alçada de outra, a SRT ficou de mediar junto à SGP no sentido de apurar o atual andamento e solicitar celeridade e conclusão nos procedimentos inerentes à proposta do Novo Decreto das Atribuições da CSS, trazendo ao Sindicato informações.

### Próximos passos!

Junho é o mês do Decreto. É necessário acompanhar com afinco todos os procedimentos que o envolvem. É, caso a proposta não passe a casa do MGI por agora será necessário ação/intervenção conjunta e urgente do MPS, INSS, CGCSS e Parlamentares, e, sobretudo, das Servidoras e Servidores do INSS para resolver eventual imbróglio.

Sinssp-BR